

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Um elemento do Corpo da Guarda Prisional devidamente identificado fez chegar aos grupos parlamentares da Assembleia da República um conjunto de preocupações relativamente à aplicação do novo horário de trabalho do Corpo da Guarda Prisional aprovado em Despacho n.º 9389/2017 no Estabelecimento Prisional de Lisboa.

Na exposição apresentada são referidos os factos seguintes:

"Com o novo horário não irei passar um fim de semana completo com a minha família no ano de 2018. (...) O horário diz que saio as 16 horas, mas actualmente no concreto estão a obrigar guardas a ficar e sair depois do encerramento, que a correr bem será pelas 19 horas. (...) Actualmente com o novo horário há uma redução, muito substancial, de efectivo nas alas a partir das 16 horas. (...) Reduz substancialmente o efectivo nos parlatório onde se encontram visitas a partir das 16 horas. (...) Com o novo horário no estabelecimento prisional de Lisboa existem postos desactivados, guardas sozinhos, locais com reclusos sem qualquer vigilância, enfermeiros a fazer serviço de vigilância, alimentação a chegar atrasada aos reclusos, reclusos que deviam estar nas celas pelas 19 horas andam a circular nas alas, etc etc. (...) No primeiro turno nocturno que fiz não existia um único chefe de serviço a partir da meia noite. Ninguém sabe nada, não há comando, não há trabalho definido, não há posto e rendições definidas, é o salve-se quem puder, com reclusos a observar e a ver tudo isto."

Nestes termos, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e da alínea d) do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao Governo, através do Ministério da Justiça, como responde às denúncias acima referidas relativamente ao EPL e como avalia os problemas que têm vindo a ser denunciados por guardas prisionais em face da entrada em vigor dos novos horários de trabalho.

Palácio de São Bento, 17 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

ANTÓNIO FILIPE(PCP)